CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Como Mário Frias drenou dinheiro de emendas para a produtora de Dark Horse

Fonte original: Revista Fórum. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Revista Fórum (revistaforum.com.br)
Autor	Julinho Bittencourt
Data de publicação	02/06/2026 11:21
URL original	https://revistaforum.com.br/politica/como-mario-frias-drenou-dinheiro-de-emendas-para-a-produtora-de-dark-horse/
Relevância	Alta · Política · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, Ricardo Nunes, André Feldman, Jair Bolsonaro
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Complexsys, Prefeitura de São Paulo, Tribunal de Contas do Município
Data da coleta	29/09/2026 09:57
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 09:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Entre setembro de 2024 e abril de 2026, a Complexsys Soluções Integradas recebeu aproximadamente R$ 154 mil da cota parlamentar do deputado.
• Além disso, documentos analisados pela reportagem mostram que as notas fiscais emitidas pela GTrend e pela Complexsys apresentavam descrições praticamente idênticas dos serviços prestados ao gabinete de Mario Frias, apesar de terem sido emitidas por empresas diferentes. (defesa/posicionamento)
• Por que a Complexsys está sendo investigada A Complexsys aparece em dois núcleos distintos da investigação.
• A Complexsys pertence ao empresário André Feldman, que aparece em registros fotográficos ao lado de Karina Gama nas redes sociais.
• O caso da nota fiscal de R$ 2 milhões Um dos pontos mais delicados da investigação envolve uma nota fiscal de R$ 2 milhões emitida pela Complexsys em novembro de 2025. (defesa/posicionamento)
• A Complexsys declarou que atua apenas como prestadora de serviços do Instituto Conhecer Brasil e afirmou colaborar com as autoridades.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Revista Fórum

RESUMO

A Operação Wi-Fi, deflagrada pela Polícia Civil, colocou sob investigação uma rede de relações que envolve o deputado federal Mario Frias (PL), a empresária Karina Gama, a produtora do filme Dark Horse e um contrato milionário firmado pela Prefeitura de São Paulo para a instalação de internet gratuita em comunidades da capital. Quem é Karina Gama Karina Gama é presidente do Instituto Conhecer Brasil e sócia da produtora Go Up Entertainment, responsável pelo filme Dark Horse, cinebiografia de Jair Bolsonaro.

A Operação Wi-Fi, deflagrada pela Polícia Civil, colocou sob investigação uma rede de relações que envolve o deputado federal Mario Frias (PL), a empresária Karina Gama, a produtora do filme Dark Horse e um contrato milionário firmado pela Prefeitura de São Paulo para a instalação de internet gratuita em comunidades da capital. As apurações buscam esclarecer se recursos públicos destinados ao programa de conectividade foram desviados para financiar a produção do longa-metragem sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Os investigados negam irregularidades. O que é o contrato investigado O centro da investigação é um contrato firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização presidida por Karina Gama. A entidade foi contratada para implantar milhares de pontos de Wi-Fi gratuito em áreas públicas da cidade. Inicialmente avaliado em R$ 108 milhões, o acordo foi posteriormente ampliado para cerca de R$ 143 milhões. Segundo a Polícia Civil e o Ministério Público, há indícios de direcionamento no chamamento público, ausência de capacidade técnica da entidade para executar o projeto, pagamentos por serviços supostamente não realizados e possível sobrepreço nos valores contratados. Quem é Karina Gama Karina Gama é presidente do Instituto Conhecer Brasil e sócia da produtora Go Up Entertainment, responsável pelo filme Dark Horse, cinebiografia de Jair Bolsonaro. A empresária também é apontada como aliada política de Mario Frias. Os dois se aproximaram quando o parlamentar ocupava a Secretaria Especial de Cultura do governo Bolsonaro. Nos últimos anos, Karina passou a administrar contratos de valores elevados com a Prefeitura de São Paulo e ampliou suas atividades empresariais, ao mesmo tempo em que consolidou sua parceria com Frias. Qual é a relação de Mario Frias com o caso Além de ter atuado como um dos articuladores da produção de Dark Horse, Mario Frias destinou R$ 2 milhões em emendas parlamentares ao Instituto Conhecer Brasil. As conexões,

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

porém, não se limitam à ONG. Documentos da Câmara dos Deputados mostram que o gabinete de Frias contratou empresas ligadas ao círculo empresarial de Karina Gama para prestar serviços de CRM político, ferramenta utilizada para gerenciamento de relacionamento com eleitores e atividades parlamentares. Entre setembro de 2024 e abril de 2026, a Complexsys Soluções Integradas recebeu aproximadamente R$ 154 mil da cota parlamentar do deputado. Antes disso, entre abril de 2023 e agosto de 2024, a mesma atividade era desempenhada pela GTrend, empresa de Wemerson Marinho da Gama, ex-marido de Karina, que recebeu cerca de R$ 115 mil do gabinete. O que chamou a atenção dos investigadores A troca de fornecedores ocorreu logo após o fim do relacionamento entre Karina e Wemerson. Além disso, documentos analisados pela reportagem mostram que as notas fiscais emitidas pela GTrend e pela Complexsys apresentavam descrições praticamente idênticas dos serviços prestados ao gabinete de Mario Frias, apesar de terem sido emitidas por empresas diferentes. Wemerson afirmou que acreditava ter sido contratado justamente por sua ligação familiar com Karina Gama e disse ter atuado de boa-fé durante a prestação dos serviços. Por que a Complexsys está sendo investigada A Complexsys aparece em dois núcleos distintos da investigação. Além de prestar serviços ao gabinete de Mario Frias, a empresa foi subcontratada pelo Instituto Conhecer Brasil para executar parte do contrato de Wi-Fi firmado com a Prefeitura de São Paulo. Segundo a Polícia Civil, as subcontratações feitas pelo ICB somam cerca de R$ 98 milhões. Os investigadores suspeitam que parte dessas empresas possa ter sido utilizada para pulverizar recursos públicos, dificultando o rastreamento do dinheiro. A Complexsys pertence ao empresário André Feldman, que aparece em registros fotográficos ao lado de Karina Gama nas redes sociais. O caso da nota fiscal de R$ 2 milhões Um dos pontos mais delicados da investigação envolve uma nota fiscal de R$ 2 milhões emitida pela Complexsys em novembro de 2025. O documento se referia a supostos serviços de verificação e reparo técnico de equipamentos utilizados no programa de Wi-Fi. Contudo, consulta aos sistemas oficiais da Prefeitura de São Paulo apontou que a nota foi cancelada no mesmo dia em que foi emitida. Apesar do cancelamento, o documento foi incluído pelo Instituto Conhecer Brasil na prestação de contas apresentada ao município meses depois. A polícia tenta esclarecer por que uma nota sem validade fiscal teria sido utilizada para justificar despesas do contrato. Como o filme "Dark Horse" entra na investigação? A principal suspeita da Polícia Civil é que parte dos recursos movimentados pelo Instituto Conhecer Brasil e por empresas subcontratadas tenha sido utilizada para financiar a produção do filme sobre Jair Bolsonaro. No pedido de quebra de sigilo bancário de Karina Gama, os investigadores citam indícios de possível confusão patrimonial entre a ONG, empresas privadas e a produtora responsável pelo longa. A hipótese é que recursos públicos destinados ao programa de internet gratuita possam ter sido desviados por meio de contratos e transferências entre empresas ligadas ao mesmo grupo. O que dizem os envolvidos Karina Gama não comentou publicamente as acusações. Mario Frias saiu em defesa da empresária e afirmou confiar integralmente nela. Segundo o deputado, Karina está sendo alvo de uso político da investigação e todas as operações financeiras poderão ser esclarecidas. A Complexsys declarou que atua apenas como prestadora de serviços do Instituto Conhecer Brasil e afirmou colaborar com as autoridades. Já a Prefeitura de São Paulo sustenta que o programa funciona regularmente e afirma ter fornecido toda a documentação solicitada pela Polícia Civil. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) também nega irregularidades, contesta as suspeitas de superfaturamento e afirma que a contratação seguiu critérios técnicos e legais. Enquanto isso, a Polícia Civil e o Ministério Público seguem analisando contratos, transferências bancárias, notas fiscais e documentos apreendidos para determinar se houve desvio de recursos públicos e eventual financiamento indireto da produção cinematográfica por meio do contrato de Wi-Fi. Nota da gestão Nunes "A Prefeitura de São Paulo informa que colabora com investigações em andamento e segue à disposição das autoridades, tendo já prestado informações. Todo o material requisitado na manhã desta segunda-feira já havia sido disponibilizado às autoridades e são, desde sempre, de acesso público, por meio da prestação

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

de contas do município. A administração ressalta que o programa funciona normalmente na cidade e pode ser acompanhado em tempo real no link https://wifilivrecomunidades.org/sp. Por volta das 9h desta segunda-feira, dos 3,2 mil pontos contratados pela prefeitura, apenas 52 estavam off-line e passavam por manutenção. Não houve pagamento por parte da administração para 5 mil pontos. O aditivo em questão é exclusivamente para manutenção dos 3,2 mil pontos já instalados nas comunidades periféricas da cidade. A prefeitura reforça que toda a prestação de contas, com documentos, notas fiscais, contratos e outras informações, está no sistema SEI, que é público. O processo passou também por acompanhamento do Tribunal de Contas do Município (TCM). A Prefeitura repudia veementemente ilações de desvios de recursos públicos, uma vez que o contrato do Instituto Conhecer Brasil seguiu rigorosamente os princípios da legalidade, transparência e economicidade. Vale lembrar que o chamamento público, aberto por 30 dias para qualquer entidade interessada, ocorreu em 2024, quando não havia sequer produção do filme mencionado, e o processo cumpriu todas as exigências legais. Para 2026, o custo estimado na parceria com o instituto corresponde a R$ 1.280,80 por ponto/mês, significativamente menor do que as propostas recebidas em 2022, de R$ 2.026,26 por ponto/mês e R$ 5.092,14 por ponto/mês." Nota do MP O MP...

HISTÓRICO

v1 · 29/09/2026 09:57 · como foi encontrada · página SHA-256 2c55c253b063458e2b92...
20/10/2026 09:36 · Voltou ao ar (HTTP 200)
20/10/2026 03:07 · Acesso passou a ser bloqueado (HTTP 403)

Dark Horse | Jair Bolsonaro | Política | Prefeitura de São Paulo | mário frias | polícia civil

Fonte original: https://revistaforum.com.br/politica/como-mario-frias-drenou-dinheiro-de-emendas-para-a-produtora-de-dark-horse/ · Coletado em 29/09/2026 09:57 · Gerado em 29/11/2026 01:11

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.